

CAPÍTULO IV

O NEOLIBERALISMO E O OS CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA NO BRASIL*

*Jhocasta de Castro Barbosa
Fernanda Adorno Martins*

Introdução

O estudo sobre o ensino tecnólogo no Brasil, é importante para a compreensão das transformações econômicas e no mundo do trabalho, resultantes do fortalecimento da política Neoliberal no Brasil após a década de 1980. Dessa forma, o estudo sobre a importância da presença dos Cursos Superiores de Tecnologia para os modos de produção e para o mercado, proporciona uma reflexão crítica sobre a formação superior e técnica e em detrimento da formação humana, e do desenvolvimento de habilidades e competência. E, além disso, proporciona compreender sobre as mudanças das políticas públicas de financiamento educacional Brasileiro, e a relação entre a esfera pública e privada.

Sob uma perspectiva crítica reflexiva acerca dos cursos superiores de tecnologia, p. 585) afirmam que:

Voltados à educação para o trabalho, oriundos de ofícios relacionados ao comércio e serviços e possibilitando um diploma de curso superior em curto espaço de tempo; tais carreiras acabam por despertar interesse de um público que normalmente não frequentaria a educação superior nas modalidades tradicionais. Em sua grade curricular são compostos por disciplinas com forte apelo prático e, portanto, tais cursos tecnológicos se distanciam da proposta do ensino superior de caráter formativo-crítico, focando principalmente nas tendências de mercado.

Norteados por esse contexto, é fundamental o incentivo às discussões sobre a formação superior, técnica e humana dos profissionais tecnólogos, pois, proporciona aos alunos, às instituições de ensino tecnólogo e organizações, a compreensão das necessidades humanas e mercadológicas, diante das transformações nos modos de produção e as mudanças nas relações de trabalho ao longo da história.

*DOI – 10.29388/978-65-81417-43-7-0-f.77-94

Isto permite à sociedade verificar os desafios político-econômicos existentes no mercado de trabalho brasileiro, e analisar como as políticas públicas em determinados momentos históricos podem contribuir ou não com o favorecimento da relação indissociável entre o papel homem enquanto ser social e a atuação desses no mercado de trabalho.

O objetivo geral deste artigo é discutir a relevância e importância do contexto histórico do surgimento dos cursos superiores de Tecnologia no contexto do Neoliberalismo. Dessa forma será possível também abordar sobre a oferta do ensino público e do privado para essa modalidade de ensino, diante das políticas públicas brasileiras de financiamento educacional que acompanharam esse processo ao longo da história.

A escolha dessa temática, é justificada pela importância da compreensão das transformações do sistema de ensino brasileiro, e das adaptações à realidade de mercado que ocorreram ao longo da história. Para esse estudo foi realizada uma revisão da literatura por meio de análises do referencial teórico sobre o tema.

Este estudo está estruturado em quatro seções. Na primeira seção, encontra-se a presente introdução com a apresentação da temática de pesquisa, dos objetivos e da metodologia adotada, a segunda seção expõe a contextualização do surgimento da política Neoliberal, e como houve a adaptação para o cenário Brasileiro sob a perspectiva da educação.

A terceira sessão expõe as influências da política neoliberal para o surgimento dos cursos superiores de tecnologia, e por fim, na quarta seção são descritas as considerações finais desse estudo.

O neoliberalismo no Brasil

Neoliberalismo, acredita-se que surgiu nos anos 1980 e que etimologicamente se origina do latim *neo*, novo e *liberalis*, generoso, representa a identidade do capitalismo moderno, marcado pela livre concorrência de mercado, pela globalização e flexibilização dos meios de consumo e produção. Termo esse, que de acordo com o dicionário da língua portuguesa, é definido como “Doutrina que se desenvolveu na segunda metade do século XX, que propõe uma intervenção limitada do Estado, especialmente na área econômica.” (NEOLIBERALISMO, 2020), também resultou em uma revolução dos moldes tradicionais de

formação superior, e é nesse contexto houve o surgimento dos cursos superiores de tecnologia no Brasil.

Contextualizado pelo cenário pós 2ª Guerra mundial, e encabeçado pelos ideais de Friedrich Hayek (1899-1992), o Neoliberalismo representava uma forte crítica à tentativa de consolidação e recuperação política, econômica e social da Europa, pelos moldes do Estado de Bem Estar Social Europeu (ESPINDOLA, 2004). O modelo fundamentado nas teorias econômicas de John Maynard Keynes (1883-1946), Forigo (2003) descreveu como:

O Estado intervencionista, denominado Estado de Bem-Estar Social, Estado-providência ou Welfare State, surgiu como uma forma de reverter o processo imposto pelo liberalismo e como um prolongamento natural dos direitos civis. [...] Trata-se de mecanismos de proteção social para garantir a cidadania dos indivíduos, sendo realizados por meio da intervenção do Estado, restringindo os privilégios empresariais e, por isso, contando com grande apoio popular (FORIGO, 2003, p.52).

É válido então o seguinte questionamento: O que provocou o enfraquecimento do Estado de Bem-Estar Social? Com o passar do tempo, as medidas propostas não conseguiram estabelecer a recuperação econômica e social esperada. Apesar da teoria de Keynes justificar-se pela intervenção econômica estatal para o reestabelecimento social (KEYNES, 1997), esse modelo entrou em colapso desde os anos 1970 e justifica uma série de consequências para vários países, assim como foi o caso do Brasil. Para Forigo (2003 p. 58):

[...] enquanto modelo econômico, fez aumentar o déficit público, propiciou o crescimento de empresas improdutivas, desestimulou o trabalho e a competitividade, reduziu a capacidade de poupança e o excedente de capital para ser reinvestido na produção, além de gerar uma enorme inflação. Isso não aconteceu só no Brasil ou nos países sul-americanos, mas ainda em todos os países que o adotaram como modelo de Estado.

Dessa forma tonaram-se evidentes os fracassos, sociais, micro e macroeconômicos de uma abordagem estatal intervencionista para recuperação econômica no cenário pós segunda Guerra Mundial para a Europa e principalmente para os países da América Latina. E assim surgiu, com uma proposta contraditória de salvação capitalista, o Neoliberalismo

propôs a intervenção mínima do estado nos processos sociais, políticos e econômicos. Desde os anos 1980, quando surgiu no cenário Europeu fortaleceu-se, e representa a identidade de um século XXI interligado e globalizado, por meio das livres relações de mercado e das consequentes necessidades de transformação das relações formativas do ensino superior e do mundo do trabalho.

Dardot e Laval (2016, p. 17) abordam o neoliberalismo como a representação racional necessária para o capitalismo contemporâneo, e representa a nova razão do mundo.

O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica da norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens, segundo o princípio universal da concorrência.

Em uma reunião realizada em novembro 1989 na capital dos Estados Unidos, que se tornou conhecida como Consenso de Washington, e contou com a participação de especialistas em países Latino-Americanos, houve o estabelecimento de medidas de recuperação econômica.

Batista Júnior (2009, p. 116) descreve que:

Não se tratou, no Consenso de Washington, de formulações novas, mas simplesmente de registrar, com aprovação, o grau de efetivação das políticas já recomendadas, em diferentes momentos, por diferentes agências. Um consenso que se estendeu, naturalmente, à conveniência de se prosseguir, sem esmorecimento, no caminho aberto.

E foi nesse contexto que nos anos 1990 houve o estabelecimento da política Neoliberal para os países da América Latina e alguns anos mais tarde no Brasil, provocando dentre várias transformações políticas, econômicas e sociais, uma revolução sistema educacional Brasileiro, em especial para o Ensino Superior com a adaptação para a oferta dos cursos superiores de tecnologia, tecnólogos.

A consolidação do estado Neoliberal no Brasil ocorreu de forma diferenciada, diante de um cenário de oposições e contradições, e sob uma perspectiva de desenvolvimento de um projeto político autêntico e próprio. Diante de um cenário social turbulento e que ainda evidenciava as consequências da crise dos anos 80, e de uma série de tentativas e

fracassos de planos para estabilização econômica, assim como foi o Plano Cruzado (1986/87), o Brasil foi o último país da América Latina a estabelecer a política neoliberal, com destaque para o período de pós eleição de Fernando Collor de Mello em 1989 (FILGUEIRAS, 2006).

O Neoliberalismo que essencialmente não visa favorecer a classe trabalhadora, em um país de dualidade estrutural histórica como o Brasil, representou em grandes transformações com forte dualidade estrutural.

Sobre a relação entre o Neoliberalismo as consequências socioeconômicas, sob a perspectiva do mundo do trabalho, Oliveira (2019, p. 860). afirma que:

O contexto de reestruturação produtiva e de globalização econômica vincula, cada vez mais, o crescimento e o desenvolvimento econômico à inovação constante, uma vez que a competitividade das empresas, na chamada economia do conhecimento, alimenta-se e se sustenta desse processo. Associado a essa lógica busca-se o ajustamento dos processos formativos para o mundo do trabalho e para a vida em sociedade, principalmente para uma sociedade cujo consumo requer, cada vez mais, conhecimento, competências e habilidades tecnológicas.

E foram justamente essas as consequências que predominaram e continuam perenes no Brasil. O acesso à educação, à formação superior e à construção de uma identidade profissional bem sucedida em um país com a divisão explícita entre elite e proletariado, ainda no século XXI depara-se com barreiras sólidas e de difícil superação diante do fortalecimento da política Neoliberal.

O neoliberalismo e os cursos superiores de tecnologia no Brasil

A consolidação e popularização dos cursos tecnólogos no Brasil, também intitulados cursos superiores de tecnologia, são decorrentes das transformações nos modos de produção capitalista e nas relações de trabalho, que visam favorecer o capitalismo, sob a perspectiva do Neoliberalismo. Para compreender sobre essa modalidade de ensino vinculada à formação profissional, norteadas pelos moldes do ensino profissionalizante, é fundamental a incorporação das bases históricas para a construção da educação superior Brasil.

Recorda-se que a primeira instituição de ensino superior foi fundada e conduzida pelos Jesuítas no contexto de estabelecimento da corte portuguesa no Brasil em um cenário predominantemente excludente e fragmentado:

O primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil foi fundado pelos jesuítas na Bahia, sede do governo geral, em 1550”. Os jesuítas criaram, ao todo, 17 colégios no Brasil, destinados a estudantes externos e internos, sem a finalidade exclusiva de formação de sacerdotes. Os alunos eram filhos de funcionários públicos, de senhores de engenho, de criadores de gado, de artesãos e, no século XVIII de mineradores”. (SAVIANI, 2000, p. 152)

Tendo em vista as influências exercidas pelos Jesuítas no que se refere a educação com sua metodologia de ensino e bases pedagógicas houve atritos em razão de desentendimentos e outras divergências com então atual e ilustre nome da administração portuguesa Marquês de Pombal ocasionando assim a expulsão dos Jesuítas em 1759. Essa expulsão trouxe severas consequências para o ensino com o fechamento de escolas e bibliotecas acarretando uma ruptura no modelo educacional já instaurado.

Com essa expulsão, a educação brasileira passou a vivenciar uma grande ruptura histórica, num processo já implantado e consolidado como modelo educacional. A educação passou a ser administrada pelo Estado; não mais atrelado à Igreja Católica, mas sim público e laico, tendo suas disciplinas submetidas ao poder real, autônomas, sem vinculação com sistemas específicos de ensino. O Estado começou a elaborar leis sobre o ensino, cobrar impostos e fazer estatísticas. (CONCEIÇÃO, 2017)

Após esse evento houve então a Reforma Pombalina quando o ensino passa a ser de domínio da coroa portuguesa com consequências por um longo período (1759 a 1808) no Brasil (QUEIROZ; MOITA, 2007).

Com o estabelecimento da república, houve uma tentativa de facilitar o acesso ao ensino superior assim como um processo de expansão, representado por formas educacionais e criação das faculdades (CUNHA, 2000). Mas, Saviani enfatiza:

De todo modo, o ensino superior brasileiro como o conhecemos hoje não descendeu, em nenhum aspecto, do enorme edifício que os jesuítas erigiram na colônia. As instituições de ensino superior atualmente existentes, resultaram da multiplicação e da diferenciação das instituições criadas ao início do século XIX, [...]. (SAVIANI, 2000, p. 153)

Diante desse histórico de fundação do ensino superior no Brasil as décadas seguintes foram direcionadas por um, cenário conflituoso, pelo fortalecimento das ideologias neoliberais e por tentativas de modernização da educação, assim como a Reforma Universitária de 1968. A reforma Universitária de 1968 impactou a estrutura do ensino superior brasileiro e tinha como objetivo em suas bases modernizar e expandir as instituições públicas. Trouxe algumas inovações, em contrapartida Fernandes (1975) destaca que se instalou um “padrão brasileiro de escola superior”.

Para Martins (2009, p.16):

A Reforma de 1968 produziu efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro. Por um lado, modernizou uma parte significativa das universidades federais e determinadas instituições estaduais e confessionais, que incorporaram gradualmente as modificações acadêmicas propostas pela Reforma. Criaram-se condições propícias para que determinadas instituições passassem a articular as atividades de ensino e de pesquisa, que até então – salvo raras exceções – estavam relativamente desconectadas.

Essa reforma permitiu avanços consideráveis, mas apresentou consequências.

[..] diversos professores foram compulsoriamente aposentados, reitores foram demitidos, o controle policial foi estendido ao currículo e os programas das disciplinas. De outro lado permitiu uma maior ampliação do acesso ao curso superior, vários recursos foram ampliados, o desenvolvimento de programas de pós-graduação e outros. (ANTUNES; SILVA; BANDEIRA, 2011, p. 3)

Sob a perspectiva dos objetivos das reformas e políticas educacionais brasileiras ao longo da história, observa-se que os mecanismos de qualificação humana para o favorecimento dos modos de produção de uma sociedade capitalista, fundamentada em uma perspectiva Neoliberal, assim como as relações sociais, são adaptáveis diante dos acontecimentos históricos para cada sociedade.

O sistema educacional brasileiro fundamentado nessa perspectiva evidencia um caminho e uma realidade aparentemente insuperáveis: A mercantilização da educação em detrimento da formação humana. O que é tratado como fundamental e essencial é a quantidade de profissionais que são formados em massa, uma mão de obra sem qualificação concreta e com conhecimento teórico superficial.

Isso evidencia uma distorção do sentido original do trabalho, como algo que é parte da essência humana e faz parte da própria interação homem-natureza. Com o desenvolvimento da humanidade o trabalho adquiriu diferentes significados ao longo da história, e que são também carregados por uma áurea de negatividade, como sendo compulsório para os desfavorecidos (MERINO, 2011), algo difícil e ruim de ser realizado.

O capital humano é fundamental para o aspecto socioeconômico e desenvolvimento de um país. O atual cenário global apresenta um tremendo desafio e exigem uma mão de obra bem treinada e qualificada, portanto, uma força de trabalho eficaz e eficiente é imperativo. O trabalho com princípio educativo prevê que, trabalhar é parte da essência humana e contribui para o estabelecimento do homem em sociedade, mas como é possível que esse ser humano esteja preparado para assumir esse papel, se a própria formação superior não capacita adequadamente para isso? Para Gramsci (2001, p. 43) o trabalho “[...] é a forma própria através da qual o homem participa ativamente na vida da natureza, visando a transformá-la e socializá-la cada vez mais profunda e extensamente.”.

Cada vez mais se observa discursos a respeito da educação como um bem público e a necessidade da equidade na educação, de forma que garanta oportunidades educacionais para todos, independente de raça, cor, sexo, religião ou classe social.

O conceito de educação como bem público sublinha a responsabilidade essencial do Estado em garantir o direito à educação para todos, salvaguardar a justiça social e o interesse público na educação, prevendo-se que proporcione ou financie diretamente as oportunidades educacionais, em particular durante o período de escolaridade obrigatória (LOCATELLI, 2018).

A formação técnica e tecnológica, que possui fundamentação ideológica norteada pelos princípios de desenvolvimento humano integral e da compreensão do trabalho como agir formativo, estão submersos pela lógica capitalista. É possível então, que exista no Brasil, um ponto de equilíbrio entre formação humana e formação técnica?

Formação técnica x formação humana

O histórico turbulento da educação superior Brasileira, um país o qual a de dualidade estrutural representada pela clara divisão entre a educação de ricos e pobres, e educação para formação humana e para o desenvolvimento de competências apenas técnicas ainda prioriza a formação técnica em detrimento da formação humana. Situação essa que torna o que se tornou evidente com a consolidação dos cursos superiores de tecnologia, que propuseram uma solução mercadológica de formação rápida e superficial.

Para Garcia (2000), o ensino profissionalizante no Brasil possui vestígios desde o processo de colonização, em que representava o aprendizado do ofício manufactureiro e a formação profissional, dos que culturalmente eram considerados de classe social inferior. Esse cenário em pleno século XXI o qual a formação técnica, com duração rápida de fácil acesso, em especial com a atual popularidade dos cursos na modalidade de Educação à Distância (EAD) sobrepõe a formação humana.

Essa é uma adaptação ao atual modo de produção sob demanda (toyotismo) e apresenta reflexos na formação os profissionais da educação, o que Kuenzer (2016) intitula de *Pedagogia da acumulação flexível*. Essa produção de educação sob demanda, reforça a divisão entre trabalho intelectual e trabalho a técnico e evidencia um cenário o qual a de adaptabilidade e flexibilidade para ao mercado de trabalho é mais importante do que a própria aquisição de conhecimento.

A escola evidencia mecanismos de aprendizagem, que são processos sociais, ou seja, ocorrem durante a interação entre um ser social (educador), com outro (educando), e é através dessa relação que ocorre a transmissão do conhecimento. Entretanto, essa afirmação pode ser contradita, ao observarmos a realidade do século XXI, representado pelo rearranjo nas relações sociais, produtivas e de trabalho, evidenciando a necessidade de qualificação de profissionais com competências técnicas e

que sejam ao mesmo tempo flexíveis, tanto para a aquisição de conhecimento, atuando agora como protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, quanto para o desempenho de competências técnicas durante a atuação profissional, sendo adaptáveis e flexíveis. (KUENZER, 2016)

Essa aprendizagem flexível influencia não apenas na formação profissional, mas também na formação humana dos alunos. De acordo com Della Fonte (2018) o trabalho é o meio pelo qual o homem forma-se humano, formação essa que sofre alteração com o passar das gerações e é representada pela apropriação histórica e cultural do resultado dessa relação entre o homem e o trabalho.

Ciavatta (2014) afirma que existe no trabalho uma perspectiva educativa que visa reduzir a dualidade estrutural de conhecimento, historicamente dividida entre a as elites intelectuais e a educação para o povo. Assim se pode entender que o trabalho como princípio educativo é um mecanismo de formação humana integral, que inter-relaciona os conhecimentos técnicos e científicos, com as habilidades humanas e cognitivas, e não apenas a qualificação profissional com um propósito meramente produtivo e que favorece e necessário para o capitalismo.

Alguns autores acreditam que o contexto entre a formação tecnológica para o trabalho marcou o ensino profissional e com uma áurea negativa. Sobre o contexto do surgimento Takahashi (2010) contextualiza que:

Os CST's começaram a ser ofertados na educação profissional brasileira na década de 1970, em função da necessidade de formação e qualificação de trabalhadores para atender à demanda das empresas instaladas no período de industrialização e modernização promovido pelo governo brasileiro em meados do século XX.

Sobre essa perspectiva de formação voltada para a qualificação dos considerados de classes menos favorecidas a mesma autora afirma que “A influência histórica que marcou o preconceito manteve-se sobre a educação profissional (TAKAHASHI, 2010, p. 387)”. Apesar dessa contextualização historicamente contraditória na década de 70, condizente com a também histórica divisão entre o ensino da classe dominada e da classe dominante no Brasil, houve um processo de expansão dessa modalidade de ensino superior nas décadas seguintes.

Os anos 2000 foram significativos, momento o qual houve regulamentação federal e com isso a e popularização dos Cursos Superiores de Tecnologia que foram estruturados e adequados às diretrizes curriculares nacionais.

Ademais, em termos jurídicos, os cursos tecnológicos passam a ser regulamentados pelo decreto nº 5.154/04, que em seu artigo 5º dispõe que os cursos de educação profissional tecnológica – de graduação ou pós-graduação – organizarão seus objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais, que, posteriormente, foi subsidiariamente aplicado aos cursos técnicos conforme Parecer CNE/CEB nº39/2004 (Aplicação do Decreto nº 5.154/04 na Educação Profissional Técnica de nível médio e no ensino médio). (DINIZ; GEOERGEN, 2019, p. 585)

Em 2006, o Ministério da Educação com o decreto 5773/2006 “Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino.” (BRASIL, 2006) e apresentou o Catálogo Nacional dos Cursos Superiores de Tecnologia, afim de nortear a oferta dessa modalidade de ensino superior para orientar a comunidade com informações relevantes por meio da categorização em 13 eixos tecnológicos.

De acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (BRASIL, 2016) em sua última atualização, o Ministério da Educação apresentou os 13 eixos tecnológicos que são organizados nas seguintes categorias:

1. Ambiente e saúde
2. Controle e processos industriais
3. Desenvolvimento educacional e social
4. Gestão e Negócios
5. Informação e comunicação
6. Infraestrutura
7. Militar
8. Produção alimentícia
9. Produção cultural e design
10. Produção industrial
11. Recursos Naturais

12. Segurança

13. Turismo, hospitalidade e lazer

Esse conjunto de eixos vão além de uma simples demonstração e descrição de informações, mas servem de referencial normativo para guiar, amparar e contribuir para a melhoria e ordenamento dos aspectos educacionais do âmbito interdisciplinar dos cursos superiores. Entretanto, ainda que ordenados e estruturados para regulamentar diferentes tipos de opções para uma formação superior, é uma educação voltada garantir o funcionamento da engrenagem capitalista e sob essa perspectiva Diniz e Goergen (2019, p. 585) afirmam que:

O surgimento de tais cursos tecnológicos denota, portanto, o ápice do processo de atendimento à demanda de educação para o mercado de trabalho. [...] Com tais características de origem; voltados à educação para o trabalho, oriundos de ofícios relacionados ao comércio e serviços e possibilitando um diploma de curso superior em curto espaço de tempo; tais carreiras acabam por despertar interesse de um público que normalmente não frequentaria a educação superior nas modalidades tradicionais. Em sua grade curricular são compostos por disciplinas com forte apelo prático e, portanto, tais cursos tecnológicos se distanciam da proposta do ensino superior de caráter formativo-crítico, focando principalmente nas tendências de mercado.

Apesar da atração de uma formação superior para um público considerado como minoria, o mecanismo Neoliberal distancia o graduado da continuidade dos estudos, e poucos ingressam nos cursos de pós-graduação *lato sensu*, e um número ainda mais reduzido nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*. Existe a formação técnica para o trabalho, e no trabalho permanecem com atividades técnicas geralmente em funções repetitivas, com salários baixos e sem incentivos das próprias empresas para o desenvolvimento humano e a qualificação profissional. Sobre esse contexto Dardot e Laval (2016, p. 22), destacam que:

Estado neoliberal, para além de seus traços específicos e a despeito do seu intervencionismo, continua a ser visto como um simples instrumento nas mãos de uma classe capitalista desejava de restaurar uma relação de força favorável vis-à-vis aos trabalhadores e, desse modo, atuar a sua parte na distribuição de renda. O aumento das desigualdades e o crescimento da concentração de renda e patrimônio que podemos constatar hoje confirmam a existência dessa vontade inicial.

E é nesse cenário tão diverso que representa o ensino Superior no Brasil uma situação aparentemente sem perspectivas de melhorias para a classe trabalhadora e que é financeiramente dependente da lógica Neoliberal. Uma modalidade de ensino superior que é dividida entre o ensino superior das Universidades e Centros Universitários, e os centros de formação Técnica, Tecnóloga e os Institutos Federais.

Em contrapartida e sob uma perspectiva positiva, a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, regulamentados pela lei nº 11.892/2008, também ofertam cursos tecnólogos e representaram uma conquista muito importante para o sistema educacional brasileiro. Por meio desses institutos, a população possui acesso a formação superior tecnóloga gratuita, e os cursos são fundamentados com a proposta de construção de conhecimento por meio de atividades que buscam além da formação técnica, o direcionamento para a formação humana integral, por meio das atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Por fim, a formação técnica e humana não pode ser negada pois está diretamente ligada ao crescimento econômico de um país e é sem dúvida um pré-requisito para o crescimento econômico sustentável que precisa de atenção prioritária do governo política e financiamento público. Contudo, a configuração existente de Formação Profissional e Técnica não é suficiente para enfrentar os desafios pertinentes às lacunas de oferta e demanda da força de trabalho qualificada. Com o rápido crescimento da população jovem, a capacidade de fornecer serviços de treinamento orientados pela demanda para aumentar a força de trabalho com habilidades técnicas e profissionais permanecem insuficientes para enfrentar os desafios do mercado de trabalho moderno.

Considerações finais

Diante do contexto apresentado que expõe a realidade contraditória, que envolve a necessidade de adaptação do ensino superior e das forças de trabalho no Brasil diante Neoliberalismo, como reflexão é válido questionar: E futuro do ensino superior no Brasil? Seriam os cursos superiores de tecnologia um mecanismo manipulador ou um caminho em direção a educação como um processo de transformação e emancipação em um Brasil Neoliberal?

Além de conhecer a realidade contraditória que envolve a formação Superior Tecnológica no Brasil, e do impasse entre a garantia do acesso à educação, e a necessidade de formação sob demanda, rápida e técnica para atuação no mercado de trabalho, é fundamental a compreensão da reação social existente e desencadeada por esse cenário. É impossível pensar em transformação humana e combate à desigualdade social sem o acesso à educação e sem o estabelecimento de relações trabalhistas pois, as próprias contradições apresentadas pelo Capitalismo e por uma sociedade Neoliberal, são na verdade o que as fundamenta.

É importante ressaltar que a educação, ainda que de forma tímida e direcionada para a formação técnica, representa uma esperança para a conquista por meritocracia e busca por igualdade de direitos e acesso à educação. Todo conhecimento adquirido, ainda que não seja de forma densa e perene, transforma não apenas o aluno de forma direta aluno e professor, mas indiretamente todos os que os rodeiam.

Para que o trabalho seja um agir formativo, indissociável da essência humana, a busca pelo conhecimento e acesso à educação deve prevalecer pois, a verdadeira qualificação apenas é proporcionada por meio do acesso ao conhecimento, independentemente do tempo de formação, da instituição e dos profissionais formadores. Se formação superior é tecnológica ou não o que deve prevalecer é a educação, apenas assim é possível almejar melhorias sociais em uma sociedade pré-determinada pelas relações de mercado.

Referências

ANTUNES, I. C. B.; SILVA, R. O.; BANDEIRA, T. S. **Reforma universitária de 1968 e as transformações nas instituições de ensino superior**. Rio Grande do Norte: UFRN, 2011. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/shXIX/anais/GT29/A%20REFORMA%20UNIVERSIT%20C1RIA%20DE%201968%20E%20AS%20TRANSFORMA%20C7%D5ES%20NAS%20INSTITUI%20C7%D5ES%20DE%20ENSINO%20SUPERIOR.pdf>. Acesso em: 03 dez. 2020.

BATISTA JÚNIOR, P. N. Paulo Nogueira Batista: Pensando o Brasil. *In: O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009, 336 p.

BRASIL. **Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006**. Brasília-DF, Ministério da educação, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/decreton57731.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2020.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília: Ministério da Educação, 2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=44501-cncst-2016-3edc-pdf&category_slug=junho-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 08 dez. 2020.

CIAVATTA, M. Ensino Integrado, a Politecnia e a Educação Omnilateral: por que lutamos? **Revista Trabalho & Educação**, v. 23, n. 1, p. 187–205, 2014. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em 3 jul. 2020.

CONCEIÇÃO, J. L. M da. **Jesuítas na educação brasileira: dos objetivos e métodos até a sua expulsão**. Rio de Janeiro-RJ, Revista educação Pública, UFMT, p.1-3, 2017. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/17/3/jesutas-na-educao-brasileira-dos-objetivos-e-mtodos-at-a-sua-expulso>. Acesso em: 24 nov. 2020

CUNHA, L. A. Ensino superior e universidade no Brasil. In: Elaine Marta Teixeira Lopes, Luciano Mendes Faria Filho e Cynthia Greive Veiga (orgs). **500 anos de educação no Brasil**, Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-204.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Bomtempo, 2016.

DELLA FONTE, S. S. Formação no e para o trabalho. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, Vitória, v. 2, n. 2, p. 6-19, Dezembro, 2018. Disponível em: <http://ojs2.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/1221/709>. Acesso em: 10 out. 2020.

DINIZ, R. V.; GOERGEN, P. L. Educação Superior no Brasil: panorama da contemporaneidade. **Avaliação**, Campinas, v. 24, n. 03, p. 573-593, nov. 2019.

ESPINDOLA, V. Neoliberalismo: Considerações acerca da origem e história de um pensamento único. **Revista de desenvolvimento econômico**, Salvador, v. 6, n. 9, Janeiro, p. 110-114, 2004.

FILGUEIRAS, L. Neoliberalismo no Brasil: Estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. In: Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. **Neoliberalismo y sectores dominantes: Tendencias globales y experiencias nacionales**. Buenos Aires: CLACSO, 2006, p. 179-206.

FERNANDES, F. **Universidade brasileira: reforma ou revolução?** São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

FORIGO, M. V. Crise do Estado de Bem Estar Social e neoliberalismo. **Revista relações internacionais do mundo atual**, Curitiba, v. 1, n. 3, jan/mar, p. 51-62, 2003.

GARCIA, S. R. de O. O fio da história: a gênese da formação profissional no Brasil. In: **Trabalho e Crítica**. São Leopoldo: Ed. UNISINOS, 2000.

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais**. O Princípio Educativo. Jornalismo. Cadernos do Cárcere. v. 2, 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

KEYNES, J. M. **The General Theory of Employment, Interest and Money**. New York: Prometheus Books, 1997.

KUENZER, A. Z. Trabalho e escola: a aprendizagem flexibilizada. In: ANPED – XI ANPED SUL, 2016, Curitiba. **Anais** [...]. Curitiba: Universidade Federal do Paraná - UFPR, 2016. p. 1–22. Disponível em: <http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-21-Educacao-e-Trabalho.pdf>. Acesso em: 20 out. 2020.

LOCATELLI, R. La educación como bien público y común: Reformular la gobernanza de la educación en un contexto cambiante. Investigación y

prospectiva en educación. **Documentos de trabajo**, n. 22, París, UNESCO, 2018. Disponível em: <https://es.unesco.org/themes/liderar-agenda-mundial-educacion-2030/replantear-aprendizaje/documentos-de-trabajo>
Acesso em: 25 nov. 2020

MARTINS, C. B. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, abr. 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302009000100002&lng=en&nrm=iso.
Acesso em: 25 set. 2020.

MERINO, E. A. D. **Fundamentos da ergonomia**. Apostila. Florianópolis: UFSC, 2011.

Neoliberalismo. *In*: **Dicionário Michaelis da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos Ltda, 2001. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/QwZ4Q/neoliberalismo/>. Acesso em: 27 set. 2020.

OLIVEIRA, J. F. de. A produção do conhecimento no Brasil em tempos de globalização econômica: tendências, tensões e perspectivas. **Revista eletrônica de educação**, São Carlos, v. 13, n. 3, set./dez, p. 853-872, 2019.

QUEIROZ, C.; MOITA, F. **Fundamentos sócio filosóficos da educação**. Natal: UEPB/UFRN, 2007.

SAVIANI, D. 500 anos de educação no Brasil. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, s/v, n. 14, p. 152-204, agosto, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782000000200017&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 25 nov. 2020.

TAKAHASHI, A. R. W. Cursos superiores de tecnologia em gestão: reflexões e implicações da expansão de uma (nova) modalidade de ensino superior em administração no Brasil. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, p. 385-414, Abr, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122010000200009&lng=en&nrm=iso Acesso em: 01 dez. 2020.